COMISSAO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)

PROJETO DE LEI Nº 4.887, DE 2016

Estabelece as condições para o exercício da atividade de Guarda-Vidas, dispõe sobre a carga horária máxima de serviço, grau de escolaridade e estabelece o adicional de insalubridade em caso de exposição excessiva ao sol.

Autor: **Deputado CABO DACIOLO**

Relatora: **Deputado PASTOR EURICO**

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado CABO DACIOLO, visando, nos termos da ementa, a estabelecer as condições para o exercício da atividade de Guarda-Vidas, a dispor sobre a sua carga horária máxima de serviço e o seu grau de escolaridade e a estabelecer o adicional de insalubridade em caso de exposição excessiva ao Sol

Nos termos da sua justificação, o Autor destaca a necessidade de Guardas-vidas em praias, rios, lagos e represas de grandes centros ou caracterizados por altos índices de afogamentos ou com alta frequência de banhistas e, também, ressalta a carga horária máxima de trabalho para o referido profissional e a formação de nível médio completo que deve ter.

Sobre o adicional de insalubridade em favor dos guardas-vidas, o Autor justifica-o pela alta incidência de câncer de pele nesses profissionais, justamente pela sua constante exposição ao Sol.

No bojo de sua justificação, ressalta a exigência da formação profissional com um currículo mínimo a ser cumprido.

Apresentada em 07 de abril de 2016, foi distribuída, nesse mesmo dia, à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (mérito), à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (mérito) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD), em regime de tramitação ordinária e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

No prazo regimental, não houve a apresentação de emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 4.887/2016 foi distribuído a esta Comissão Permanente por tratar de assunto atinente à segurança pública, nos termos do que dispõe a alínea “d”, do inciso XVI, do art. 32, do RICD.

Na análise do mérito da proposição, é preciso destacar que o guarda-vidas é de vital importância para evitar afogamentos em situações críticas, preservando a vida de frequentadores de piscinas e praias ou encontrados em outras situações de perigo em ambiente aquático.

Cabe-lhe vigiar, observando permanentemente a sua área de responsabilidade; prevenir, alertando e balizando sobre os riscos de determinados locais; e socorrer, provendo uma resposta imediata de resgate da água e de adoção das medidas emergenciais de primeiros-socorros para as pessoas em risco.

Por essas razões, deve ter uma formação bastante completa, com muito boa aptidão física, ser excelente nadador, dominar as técnicas de respiração e massagem cardíaca e de cuidados com os banhistas, além de estar

preparado para rapidamente responder a situações de perigo e emergência, nas quais segundos podem ser o limite entre a vida e a morte.

Além dos riscos imediatos inerentes ao exercício da sua atividade, sua exposição aos raios solares também provoca, ao longo dos anos, riscos à sua saúde.

No contexto dessas considerações, cabe, ainda, observar que, em muitos países do mundo, é uma profissão já reconhecida, o que não acontece, ainda, em nosso País.

A proposição que ora se apresenta alcança todas as considerações feitas aqui, em razão do que votamos pela aprovação do Projeto de Lei 4.887/2016.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado **PASTOR EURICO**
Relator